

INFORMATIVO PIT

BOLETIM DO PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO TRIBUTÁRIA



Programa de Educação Fiscal do RS completa 20 anos e apresenta a sua nova missão

Hoje estamos celebrando os 20 anos do Programa de Educação Fiscal do Rio Grande do Sul – PEF/RS, criado oficialmente pela Lei 11.930, de 23 de junho de 2003. É um dia de muita alegria para a equipe e para toda comunidade afeita ao tema. Muito foi construído nessa trajetória e a chegada desse momento de festejar os resultados alcançados também serve para dar uma parada, visando avaliar o caminho transcorrido e pensar nos próximos passos a serem dados e até mesmo numa possível (...)

Receita Estadual disponibiliza novos materiais pedagógicos para download

O caderno com jogos de tabuleiro na temática da Educação Fiscal contém jogo da memória, três quebra-cabeças, dominó, três jogos da velha, e um responde ou passa com 21 perguntas. Este projeto pedagógico tem como objetivo instruir os alunos de forma lúdica sobre o funcionamento (...)

Prazo para inscrições na Edição 2023 do Prêmio Nacional de Educação Fiscal encerra dia 30 de junho

A inscrição de projetos no Prêmio Nacional pontua para o município na Ação do PIT no 2º semestre de (...)

Receita Estadual publica pontuação definitiva do Programa de Integração Tributária referente ao 2º semestre de 2022

Entre os municípios avaliados, 186 melhoraram o resultado, 188 registraram queda e 123 permaneceram estáveis em comparação ao primeiro (...)

Últimas turmas do Curso Gestão das Receitas Municipais estão com as inscrições abertas

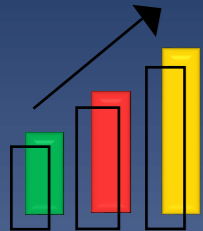
Com o objetivo de compreender e incrementar o repasse de recursos do Estado aos Municípios, pretende-se subsidiar os municípios para que estes possam potencializar os repasses recebidos do Estado e também melhorar o seu desempenho no PIT através do incremento na pontuação com ações de Educação Fiscal e combate à sonegação fiscal. O público-alvo do curso são servidores municipais (...)

Receita Estadual lança curso de Formação para Candidaturas para inscrição de projetos no Prêmio Nacional de Educação Fiscal

Buscando auxiliar os professores e incentivar a participação no Prêmio Nacional de Educação Fiscal, a DRCM está oferecendo um curso com orientações para a inscrição de projetos de Educação Fiscal no Prêmio. O conteúdo do curso foi elaborado com base no regulamento do prêmio, e está (...)

Divulgados os resultados da pesquisa de efetividade das ações de Educação Fiscal

Os principais resultados coletados e percepções estão descritas no infográfico (...)



Programa de Educação Fiscal do RS completa 20 anos e apresenta a sua nova missão

Hoje estamos celebrando os 20 anos do Programa de Educação Fiscal do Rio Grande do Sul – PEF/RS, criado oficialmente pela Lei 11.930, de 23 de junho de 2003. É um dia de muita alegria para a equipe e para toda comunidade afeita ao tema.

Há duas décadas um grupo especial de pessoas percebeu a importância da Educação Fiscal e teve uma iniciativa, que resulta nesses 20 anos de profícua atuação com diferentes atores e integrantes da sociedade. Aos fundadores do Programa queremos registrar nosso agradecimento especial nesta data.

Muito foi construído nessa trajetória e a chegada desse momento de festejar os resultados alcançados também serve para dar uma parada, visando avaliar o caminho transcorrido e pensar nos próximos passos a serem dados e até mesmo numa possível renovação.

Para auxiliar nesse processo de avaliação e reflexão, foi elaborada e distribuída uma pesquisa sobre a efetividade das ações de educação

fiscal. A partir dessas respostas a equipe da Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios - DRCM ficou reunida por dois dias para definição de valores, visão e missão para o futuro.

A nova missão do PEF/RS é **“Ser agente transformador na promoção de uma sociedade livre, justa e solidária”**, alinhada ao artigo terceiro da Constituição. Vinte anos se passaram e os desafios permanecem, mas continuamos com a mesma convicção do início: a Educação Fiscal é o caminho para a construção de um futuro melhor para todos.

A visão do Programa também foi renovada com o propósito de **“Levar o programa de educação fiscal para os segmentos empresarial, educacional e organizações da sociedade civil”**. A base dessas definições encontra-se nos valores da Transparência, Ética e Integridade, Cidadania, Solidariedade e Conhecimento.

Imbuídos da nova missão, a equipe está focada em aprender com as experiências anteriores e trazer novidades para este novo ciclo.

Estão em construção melhorias no ambiente de aprendizagem da nossa plataforma de ensino a distância, que foi fundamental para organizar os cursos e ampliar o alcance tanto em termos geográficos como em quantidade de pessoas. Também está em andamento o curso de extensão em educação fiscal e cidadania com a UFRGS, e está prevista a terceira edição do curso de extensão com a Univates para o segundo semestre.

E mais novidades serão divulgadas em breve! Fique ligado e acompanhe pelo site de Educação Fiscal!

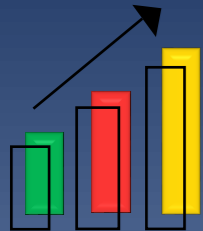
E vamos celebrar o aniversário de hoje!

Em comemoração ao aniversário, estamos lançando hoje o selo comemorativo de 20 anos do PEF/RS e um novo layout para as edições do Boletim Informativo PIT deste ano.

Sobre o selo

O selo foi desenvolvido à mão livre com o objetivo de ter uma escrita com identidade visual humanizada e referência ao ambiente escolar.



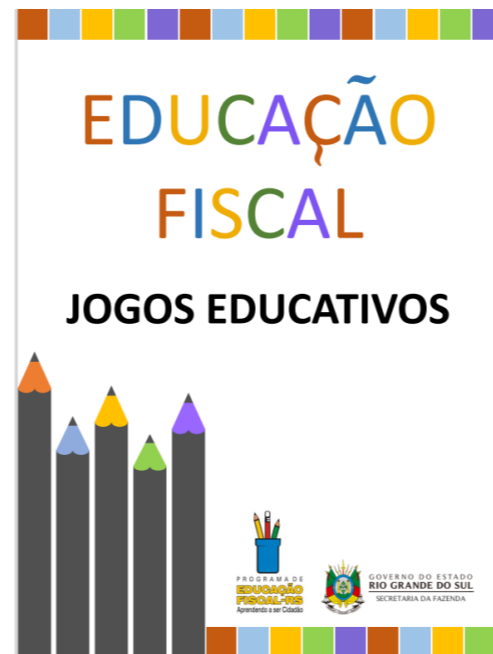


Receita Estadual disponibiliza novos materiais pedagógicos para download

A Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios da Receita Estadual está disponibilizando mais um material com o objetivo de auxiliar os professores em suas práticas pedagógicas. O caderno com jogos de tabuleiro na temática da Educação Fiscal foi desenvolvido e organizado pelas estagiárias da equipe, Laura Chemello e Sofia Farret, com a supervisão pedagógica da Técnica Tributária Giane Maria Zago. “Além de desenvolver várias habilidades, esta modalidade de jogos estimula a interação social, o diálogo e a convivência, pouco alcançados com os jogos eletrônicos”, afirma Giane.

O caderno contém jogo da memória, três quebra-cabeças, dominó, três jogos da velha, e um responde ou passa com 21 perguntas. Todas as figuras dos jogos foram ilustradas à mão livre e retratam bens e serviços públicos financiados pelos tributos. Este projeto pedagógico tem como objetivo instruir os alunos de forma lúdica sobre o funcionamento de nossa sociedade.

O caderno está disponível para download no site de Educação Fiscal e tem 22 páginas. A orientação é de que cada professor avalie qual jogo vai abordar e imprima apenas as páginas correspondentes, não sendo necessário imprimir todas as páginas do caderno, fazendo uso apenas das páginas do jogo que vai usar. Para fazer o download do caderno, clique na imagem abaixo.

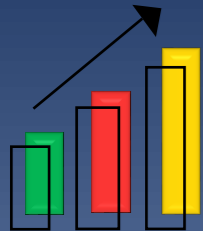


Conheça os outros materiais disponíveis

Educação Infantil - O caderno “Aprendendo a ser Cidadão – Educação Infantil” está disponível para download gratuito no site de Educação Fiscal na aba “Materiais Pedagógicos” e traz atividades como percepção visual, desenho, colorir, ligar os pontos, alfabeto, formas geométricas, cores, jogo dos 7 erros, caça-palavras, quebra-cabeça, jogo da memória.

Ensino Fundamental 1º e 2º ano – Ainda estão disponíveis versões impressas dos cadernos pedagógicos “Aprendendo a ser Cidadão” para o 1º e 2º ano do ensino fundamental. Solicitações devem ser enviadas via formulário eletrônico ([link](#)).

Ensino Fundamental 3º a 5º ano – Os cadernos “Aprendendo a ser Cidadão” para 3º a 5º ano do ensino fundamental estão disponíveis para download no site de Educação Fiscal na aba “Materiais Pedagógicos”.



Receita Estadual lança curso de Formação para Candidaturas para inscrição de projetos no Prêmio Nacional de Educação Fiscal

Buscando auxiliar os professores e incentivar a participação no Prêmio Nacional de Educação Fiscal, a Divisão de Relacionamento com Cidadãos e Municípios da Receita Estadual está oferecendo um curso com orientações para a inscrição de projetos de Educação Fiscal no Prêmio. O curso vem atender uma necessidade diagnosticada pela equipe de que muitos projetos se inscrevem com informações incompletas ou faltantes, o que acaba por prejudicar a sua avaliação.

Neste ano o regulamento do Prêmio traz uma novidade, o Anexo Único, que relaciona dicas para apresentação dos projetos inscritos nas categorias Escolas e Instituições. O objetivo do modelo é contribuir para maior clareza dos projetos e, conseqüentemente, melhorar o processo de avaliação. “Acreditamos que somando a capacitação deste curso com a inovação do Anexo Único, esta edição de 2023 do Prêmio aumenta

muito o potencial dos projetos”, afirma Tamara Dentee, que promove o concurso pelo Programa de Educação Fiscal do Estado.

O conteúdo do curso foi elaborado exclusivamente com base no regulamento do prêmio, e está constituído em quatro módulos: Regulamento; Orientações para apresentação do projeto; Fazendo a inscrição passo a passo; Pensando com a “cabeça” de avaliadores de projeto. O curso será ministrado na plataforma EAD Receita Estadual e tem carga horária de 8h. Para concluir o curso e receber certificação o aluno precisa fazer exercícios práticos de elaboração de projeto.

As inscrições estão abertas e o curso fica disponível até o dia 30 de junho.

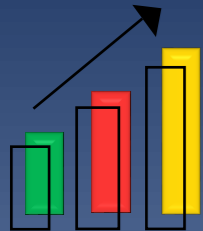
Inscrições [Link da Ficha de Inscrição](#)

Pontuação no PIT:

Participação no curso

Ação 1.02 - Participar de cursos de educação fiscal, presencial ou à distância, oferecidos ou coordenados pelo Programa de Educação Fiscal, estadual ou nacional.

Lembrando que a inscrição de projetos no Prêmio Nacional pontua para o município na Ação do Programa de Integração Tributária (PIT) no 2º semestre de 2023. Para pontuar na Ação (concurso relativo ao Programa de Educação Fiscal), o município deve inscrever um de seus projetos no referido Prêmio Nacional. A comprovação de inscrição de pelo menos um projeto do município, com observância do “Regulamento do Prêmio Nacional de Educação Fiscal”, deverá ser enviada na prestação de contas do 2º semestre de 2023.



Prazo para inscrições na Edição 2023 do Prêmio Nacional de Educação Fiscal encerra dia 30 de junho

A 11ª edição do Prêmio Nacional de Educação Fiscal foi lançada em Sessão Solene no Plenário da Câmara dos Deputados no dia 5 de maio. O evento aconteceu em reconhecimento à consolidação e importância do prêmio para educação fiscal em todo o Brasil. As inscrições estão abertas no site do Prêmio até o dia 30 de junho.

Novidades desta edição

O regulamento já está disponível e traz novidades para esta edição.

O maior destaque é para o Anexo Único, que traz orientações para apresentação dos projetos inscritos nas categorias Escolas e Instituições. O objetivo do modelo é contribuir para maior clareza dos projetos e, conseqüentemente, melhorar o processo de avaliação.

Além desta inovação, foram antecipados os prazos das etapas em relação às edições anteriores e também houve alterações nas premiações.

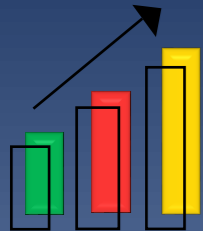
Organizada pela Febrafite – Associação Nacional das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais, a iniciativa distribui prêmios em dinheiro que variam de R\$ 3 mil a R\$ 10 mil. Ao todo, serão distribuídos cerca de R\$ 60 mil em premiações para as categorias Escolas, Instituições, Imprensa e Tecnologia.

Em suas edições anteriores, o prêmio impactou mais de 15 mil estudantes e distribuiu mais de R\$ 500 mil em premiações a projetos que trabalham com a função social dos tributos, a qualidade do gasto público e o acompanhamento do retorno dos impostos à sociedade.

Pontuação no PIT:

A inscrição de projetos no Prêmio Nacional pontua para o município na Ação do Programa de Integração Tributária (PIT) no 2º semestre de 2023. Para pontuar na Ação o município deve inscrever um de seus projetos no referido Prêmio Nacional.





Últimas turmas do Curso Gestão das Receitas Municipais estão com as inscrições abertas

Os recursos financeiros que seu Município está recebendo são suficientes para atender as demandas da sua comunidade? Há recursos para implementar aqueles projetos que são de fundamental importância? Seu Município está recebendo todo o valor de ICMS a que tem direito? Você sabe como auditar as receitas partilhadas pelo Estado? Você sabia que há formas de aumentar o repasse do ICMS sem que o Estado aumente a alíquota desse imposto?

Com o objetivo de compreender e incrementar o repasse de recursos do Estado do Rio Grande do Sul aos seus Municípios está sendo proposto um Manual com um conjunto de orientações e atividades com base no Programa de Integração Tributária (PIT).

Trata-se de uma inovadora iniciativa da Receita Estadual, que disponibilizará aos municípios o Manual de Auditoria das Receitas Municipais Partilhadas pelo Estado do Rio Grande do Sul, acompanhado de uma capacitação com a Consultora Rosaura Vargas, com aulas

no formato à distância, divididas em quatro módulos, e encontros síncronos, que ocorrerão semanalmente durante o período do curso.

O público-alvo do curso são servidores municipais que atuam na gestão de receitas municipais partilhadas pelo Estado do RS. Cada turma terá 50 vagas e destaca-se que será ofertada uma vaga para cada município.

Dessa forma, pretende-se subsidiar os municípios para que estes possam potencializar os repasses recebidos do Estado e também melhorar o seu desempenho no PIT através do incremento na pontuação com ações de Educação Fiscal e combate à sonegação fiscal.

Inscrições [Link Ficha de inscrição](#)

O interessado pode assinalar a turma que preferir cursar.

Conteúdo programático do curso:

Módulo 1: Recursos Financeiros transferidos aos Municípios; Estratégias para o incremento da arrecadação municipal; Movimentação de cartões

Módulo 2: Análise das GMB/GIAS - Guias Mensais de Informação

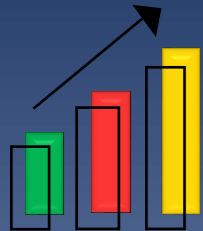
Módulo 3: Programa de Integração Tributária e Incentivo a participação no Programa Nota Fiscal Gaúcha

Módulo 4: Turmas volantes, IPVA e Considerações Finais

Pontuação no PIT:

Ação 1.02 - Participar de cursos de educação fiscal, presencial ou à distância, oferecidos ou coordenados pelo Programa de Educação Fiscal, estadual ou nacional.





Receita Estadual publica pontuação definitiva do Programa de Integração Tributária referente ao segundo semestre de 2022

A Receita Estadual divulgou, dia 29 de maio no Diário Oficial do Estado (DOE), a pontuação definitiva dos municípios que participam do Programa de Integração Tributária (PIT), relativa ao segundo semestre de 2022. O PIT é uma ferramenta de incentivo às ações de interesse mútuo entre Estado e municípios no crescimento da arrecadação do ICMS. O escore registrado no programa corresponde a 0,5% do Índice de Participação dos Municípios (IPM), indicador utilizado para determinar parte do repasse do imposto estadual às prefeituras.



Veja a pontuação final do PIT. Entre os municípios avaliados, 186 melhoraram o resultado, 188 registraram queda e 123 permaneceram estáveis em comparação ao primeiro semestre de 2022. Com isso, o total de pontos alcançados pelos municípios foi de 29.344, número 14,6% superior ao semestre anterior (28.922 pontos). Essa a segunda melhor pontuação da história do programa.

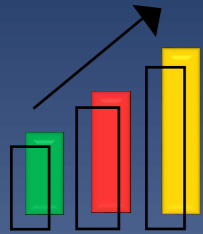
O semestre também foi marcado pelo aumento da quantidade de municípios que executaram a ação referente ao Programa de Combate à Sonegação (Grupo V) - ao todo, foram 172 cidades, a maior participação já registrada no PIT. Além disso, ao longo de 2022, a pontuação obtida no grupo de ações associadas ao Programa de Educação Fiscal (Grupo I) cresceu 4,5% em relação ao ano anterior, atingindo o melhor resultado histórico.

O destaque dessa rodada foram os municípios de São José do Norte e

Santiago, que obtiveram a pontuação máxima no segundo semestre. A cidade de Santiago, inclusive, foi a única a atingir 100 pontos nos dois semestres do ano.

No site da Receita Estadual, estão disponíveis para consulta os Pareceres de Avaliação dos Recursos Administrativos. O procedimento de prestação de contas foi realizado novamente de forma digital, por meio da ferramenta "Protocolo Eletrônico", disponibilizada pela RE para o envio da documentação de comprovação das ações.

Até a metade do ano passado, 12 municípios gaúchos ainda não haviam renovado o convênio com o PIT, cujo prazo de vigência é de cinco anos, é renovado periodicamente e é requisito para participação no Programa. Portanto, os municípios que não assinaram o novo convênio não foram avaliados e não receberam pontuação neste semestre.



Divulgados os resultados da pesquisa de efetividade das ações de Educação Fiscal

A pesquisa de efetividade das ações de Educação Fiscal teve como objetivo identificar os pontos fortes e as oportunidades de melhoria existentes atualmente, e com isso, apoiar a elaboração de novas estratégias para os próximos anos do Programa de Educação Fiscal do Rio Grande do Sul.

Para isso, foram encaminhados questionários aos municípios do Rio Grande do Sul, durante o período de 13 de fevereiro a 10 de março de 2023. Os principais resultados coletados e percepções estão descritas no infográfico ([clique aqui](#)) para fins de conhecimento do atual panorama do Programa de Educação Fiscal.

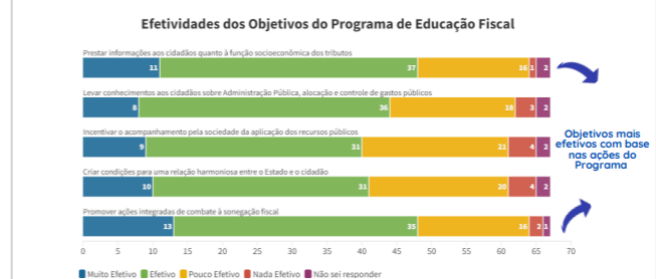
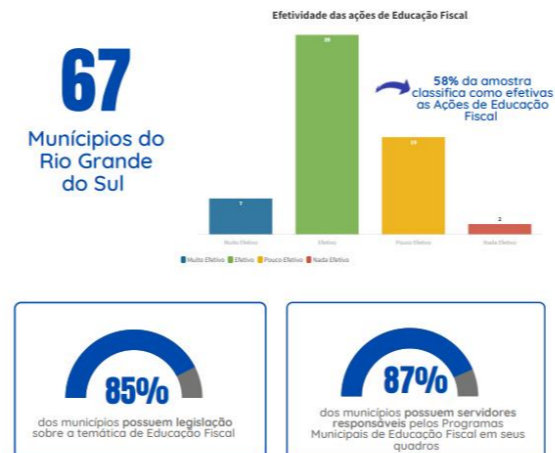
Agradecemos aos 67 municípios gaúchos que participaram e responderam a pesquisa!

RESULTADOS

PESQUISA DE EFETIVIDADE DAS AÇÕES

A pesquisa de efetividade das ações de Educação Fiscal teve como objetivo identificar os pontos fortes e as oportunidades de melhoria existentes atualmente, e com isso, apoiar a elaboração de novas estratégias para os próximos anos do Programa de Educação Fiscal do Rio Grande do Sul.

Para isso, foram encaminhados questionários aos municípios do Rio Grande do Sul, durante o período de 13 de fevereiro a 10 de março de 2023. Os principais resultados coletados e percepções estão descritas no presente infográfico para fins de conhecimento do atual panorama do Programa de Educação Fiscal.



Fatores de Sucesso para a execução dos Programas de Educação Fiscal

- Engajamento dos atores envolvidos no processo desde professores e alunos, bem como gestores municipais
- Atuação das equipes de Educação Fiscal nos municípios para o desenvolvimento de atividades
- Envolvimento da comunidade por meio de participação em atividades e com a conscientização sobre os Programas

Obstáculos para a execução das ações

- Baixo engajamento por parte da população para as ações;
- Pouco ou nenhum recurso humano para o desenvolvimento das atividades de Educação Fiscal;
- Pouco ou nenhum recurso financeiro para o desenvolvimento das ações;
- Frequência para a realização das atividades é inadequada.

Sugestões para melhoria da efetividade

- Aumento da frequência das ações focadas em Educação Fiscal e no PIT;
- Engajamento/comprometimento dos diversos níveis da Administração Públicas;
- Engajamento/comprometimento dos professores;
- Equipes de Educação Fiscal mais efetivas e disponíveis para as ações

Caso tenha interesse em saber mais detalhes ou informações acerca da Pesquisa de Efetividade das Ações de Educação Fiscal entre em contato com a equipe da DRCM - SEFAZ/RS